

2009

Janeiro

07 | PSD vai apresentar queixa na ERC na sequência de uma repreensão da ministra da Saúde, Ana Jorge, a um jornalista da RTP, depois de o PS ter hoje chumbado um requerimento para ouvir a ministra no Parlamento.

08 | Na sequência da detecção de mensagens pedófilas nos serviços de teletexto da SIC e da TVI, o Conselho Regulador da ERC delibera instaurar um processo contra-ordenacional contra os operadores e participar ao Ministério Público os factos apurados numa investigação àqueles serviços. Em Dezembro de 2008, os operadores tinham decidido a suspensão das salas de chat para adultos.

12 | ERC analisa empiricamente a série juvenil da TVI *Morangos com Açúcar*, decorrente de um processo de averiguações desencadeado a partir de dez participações de espectadores, entre 11 de Janeiro e 16 de Setembro de 2008. Apesar de considerar não haver conteúdos “susceptíveis de prejudicar a formação da personalidade de crianças e adolescentes”, o Conselho Regulador delibera sensibilizar “o operador TVI para alguns aspectos da novela que exigem atenção e vigilância”, nomeadamente no que respeita à sexualidade e a comportamentos de risco na adolescência.

14 | A Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura decide chamar o Presidente da ERC, Azeredo Lopes, para que explique a recusa de a ser entrevistado por um jornalista do semanário *Expresso*. Requerida pelo PCP, a audição foi hoje votada por unanimidade pela comissão. Em causa está uma entrevista publicada a 20 de Dezembro passado e realizada apenas por uma jornalista, já que Azeredo Lopes recusou ser entrevistado por Henrique Costa (aleadamente devido a uma peça sua sobre os subsídios de residência e deslocação que o Presidente da ERC recebe).

15 | Sindicato dos Jornalistas condena os responsáveis da Controlinveste pelo despedimento de 122 colaboradores do *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 Horas* e *O Jogo* e avisa, através de comunicado, que vai requerer à ERC que “avalie os compromissos assumidos pelo Presidente do grupo nas audições na Alta Autoridade para a Comunicação Social”

20 | ERC adopta um projecto de Directiva sobre Publicidade em Publicações Periódicas e submete-o a consulta pública, de modo a que responsáveis e instituições da área se possam pronunciar. Trinta dias após este período, serão ponderadas as sugestões e emitida a directiva definitiva.

23 | ERC realiza acto público de abertura das candidaturas ao concurso do 5.º canal de televisão generalista, propostas pelas empresas Telecinco, S.A., e ZON II - Serviços de Televisão, S.A.

23 | Telecinco apresenta uma reclamação jurídico-legal contra a candidatura da Zon Multimédia ao quinto canal generalista de televisão, a qual está a ser analisada pela comissão da ERC constituída para o acto público de abertura das propostas.

27 | ERC apresenta estudo que analisa o sector da radiodifusão local em Portugal, elaborado pela Change Partners e pela Escola Superior de Comunicação Social.

28 | A propósito da recusa do Presidente da ERC em ser entrevistado por um jornalista do *Expresso*, Azeredo Lopes é ouvido na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, onde defende o direito de veto dos entrevistados aos jornalistas caso seja alguém em quem não confiem.

29 | ERC autoriza emissões da “TVI 24”, canal temático de cobertura nacional e de acesso não condicionado com assinatura.

Fevereiro

04 | No âmbito do concurso para a licença do quinto canal de televisão em sinal aberto, a concorrente Telecinco dá entrada a um recurso hierárquico para o Conselho Regulador da ERC, defendendo que a empresa concorrente ligada à Zon não cumpriu os requisitos exigidos para a entrega de propostas.

12 | A TVI pediu, há cerca de dois meses, ao tribunal administrativo para determinar se é obrigada a ceder os direitos de transmissão dos jogos de futebol que incluam a equipa principal da selecção nacional de futebol à RTP Madeira e RTP Açores. O processo decorre de uma decisão da ERC que obriga a estação a ceder estes direitos Açores por falta de cobertura da estação de Queluz naquelas regiões.

20 | O Conselho Regulador da ERC notifica as concorrentes do concurso público para o licenciamento do 5º canal da proposta fundamentada de lista de candidaturas admitidas e excluídas, para efeitos de audiência prévia dos interessados. No projecto de deliberação enviado à Telecinco e à Zon, consta que, uma vez que ambas não preenchem os requisitos legais e regulamentares para admissão a concurso, dele são excluídas.

20 | Reacções da equipa da Telecinco à informação de que a candidatura entregue para o concurso ao quinto canal de televisão em sinal aberto foi rejeitada pela ERC. Carlos Pinto Coelho, coordenador do projecto, adianta que toda a documentação exigida fora entregue mas que serão feitos os esclarecimentos adicionais exigidos, dentro dos dez dias úteis previstos por lei.

26 | O Conselho Regulador da ERC prossegue com o ciclo de reuniões com a imprensa regional, a fim de elaborar um relatório sobre a mesma. O objectivo é ouvir os responsáveis editoriais das publicações bem como informar acerca das competências e atribuições da ERC. Hoje e amanhã, as reuniões são em Braga, Viana do Castelo e Porto.

Março

04 | O Conselho Regulador da ERC adoptou um projecto de directiva sobre a inserção de sobreposições auto-promocionais em programas televisivos, o qual fez seguir para comentário dos operadores televisivos. Após este período de 30 dias de discussão pública, a entidade vai considerar as sugestões e emitir a directiva definitiva.

13 | ERC participa no II Encontro de Reguladores Ibéricos de Comunicação Social, em Barcelona, com a presença dos responsáveis das autoridades de Portugal, Catalunha, Navarra e Andaluzia.

20 | Comunicado da ERC, que dá conta da análise, em curso, de “várias queixas” sobre “a alegada violação de princípios éticos ou legais” por parte do *Jornal Nacional de Sexta*, motiva declarações do Director-geral da TVI, José Eduardo Moniz. O director do operador privado diz iniciar um “combate sem quartel” se os membros do Conselho Regulador da ERC “alguma vez aceitassem ser cúmplices do amordaçamento da comunicação social ou servos do poder”.

23 | Comunicado da ERC anuncia que a entidade mantém a exclusão das duas propostas ao concurso público para a licença de operador de um quinto canal generalista na televisão portuguesa apresentadas pela Zon II – Serviços de Televisão, S. A. e pela Telecinco, S.A., uma vez que ambas “não reúnem os requisitos legais e regulamentares para admissão a concurso, dele sendo excluídas”. A ERC confirma, assim, a decisão tomada a 20 de Fevereiro deste ano, na altura provisória.

24 | Telecinco anuncia que vai avançar com um pedido de providência cautelar para anular a decisão da ERC de excluir a candidatura da empresa ao concurso do quinto canal de televisão generalista. O porta-voz da empresa, Carlos Pinto Coelho, disse, em conferência de imprensa, que o objectivo do procedimento é anular a decisão “ilegal” da ERC e repor a Telecinco como concorrente.

24 | ERC organiza uma conferência subordinada ao tema “A Televisão e as Crianças”.

24 | ERC divulga estudo sobre programação infantil (“Um ano de programação para crianças e jovens na RTP1, RTP2, SIC e TVI”), levado a cabo por Sara Pereira e Manuel Pinto, docentes e investigadores da Universidade do Minho. A análise aponta para um “panorama razoável” e uma complementaridade da oferta televisiva dos diferentes canais.

25 | Numa audição, na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, refere que a exclusão dos dois candidatos ao quinto canal de televisão (a Telecinco e a Zon) coloca em causa o incentivo adicional para atrair os telespectadores para a plataforma digital de televisão.

29 | Novo projecto da deliberação da ERC, que vai entrar em consulta pública, equaciona novas regras para as televisões em Portugal, que vão ter de aumentar, em várias horas semanais, os mecanismos que facilitam o acesso à programação por deficientes visuais e auditivos, a partir de Julho deste ano.

30 | CDS-PP diz que vai apresentar uma queixa à ERC contra a RTP, por ter excluído este partido da emissão de hoje do programa *Prós e Contras*, sobre a insegurança.

Abril

08 | No Dia Mundial dos Roma/Ciganos, o Conselho Regulador da ERC adopta uma declaração segundo a qual é solicitado aos meios audiovisuais “que contribuam para a eliminação de estereótipos deformantes e a um maior e melhor conhecimento da cultura cigana”. Na origem desta deliberação está o II Encontro dos Reguladores Ibéricos da Comunicação Social (em Março deste ano), durante o qual se debateu, por proposta do Conselho do Audiovisual da Andaluzia, a responsabilidade social dos *media* face a estas comunidades.

15 | O Conselho Regulador da ERC delibera instaurar um processo contra-ordenacional à SIC, por considerar que o programa *O Momento da Verdade* violou os limites à liberdade de programação e desrespeitou a obrigação de assegurar uma ética de antena na sua programação, conforme estipulado na Lei da Televisão. Além disso, foi iniciado um processo de averiguações com vista a analisar a conformidade dos conteúdos programáticos com os limites legais e deontológicos inerentes à actividade de comunicação social.

Maio

06 | ERC aprova Plano Plurianual (correspondente ao período de 1 de Julho de 2009 a 31 de Dezembro de 2012) que esboça uma série de obrigações para os operadores de televisão cumprirem nas emissões para pessoas com necessidades especiais, nomeadamente o recurso à legendagem, à interpretação por meio de língua gestual, à áudio-descrição ou a outras técnicas que se revelem adequadas.

12 | ERC anuncia que está a preparar um processo contra-ordenacional contra a empresa responsável pela revista *Playboy Portugal*, por tê-la colocado à venda sem ter registado o título.

14 | Estrela Serrano, vogal do Conselho Regulador da ERC, integra a equipa portuguesa no júri pan-europeu que escolherá o vencedor deste ano do Prémio Europeu para Jovens Jornalistas – “Alarga os teus horizontes”.

28 | O Conselho Regulador da ERC reprova a actuação da TVI por “desrespeito de normas ético-legais aplicáveis à actividade jornalística”. Na origem desta deliberação estão três edições do *Jornal Nacional de Sexta*, que originaram queixas de falta de rigor e de isenção em peças que apresentam o Primeiro-Ministro ou outras pessoas ligadas ao Governo e ao PS como protagonistas. A decisão não foi unânime no seio do Conselho Regulador, tendo havido declarações de voto de Estrela Serrano e Rui Assis Ferreira e o voto contra (a que se aliou, também, uma declaração de voto) de Luís Gonçalves da Silva.

Junho

03 | O Conselho Regulador da ERC emite um comunicado acerca da divulgação de sondagens após o final da campanha eleitoral para as eleições para o Parlamento Europeu. De acordo com a nota à imprensa endereçada pelo regulador, o apelo é no sentido do cumprimento dos imperativos legais decorrentes da Lei das Sondagens, que proíbe a “publicação e difusão bem como o

comentário, a análise e a projecção de resultados de qualquer sondagem ou inquérito de opinião, directa ou indirectamente relacionados com actos eleitorais (...) até ao encerramento das urnas em todo o País”.

03 | O Conselho Regulador da ERC entrega aos deputados da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura o Relatório do Pluralismo Político-Partidário no serviço público de televisão, o qual abrange as notícias e programas de informação política emitidos pela RTP1, RTP2, RTPN, RTP Madeira e RTP Açores.

05 | Conselho Regulador da ERC delibera “reprovar a conduta da RTP” e determinar-lhe a “observância escrupulosa da integridade dos valores jurídicos e éticos como a integridade dos programas e a ética de antena que é própria do serviço público”. Em causa estava a inclusão do Dakar 2009 no intervalo do programa *Prós e Contras* do dia 5 de Janeiro de 2009 (dedicado à crise económica internacional e suas consequências para Portugal), que desencadeou uma queixa feita à ERC pelo deputado do PSD Luís Campos Ferreira.

09 | Comunicado do Conselho Regulador da ERC refere que a entidade reprova a actuação do operador privado TVI por considerar que violou “normas ético-legais que norteiam a prática jornalística, nomeadamente os deveres de não identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e de respeitar a reserva da intimidade, a privacidade e a dignidade das crianças visadas na peça jornalística”. Em causa estaria uma peça jornalística do *Jornal da Uma* de 4 de Setembro de 2008, que versava sobre o desmantelamento de uma rede internacional de pornografia infantil.

19 | Conselho Regulador da ERC discute o tema das sondagens em reunião com 19 representantes de 15 das empresas de sondagens acreditadas na ERC e com a associação do sector, a APODEMO – Associação Portuguesa de Empresas de Estudos de Mercado e de Opinião. A discussão girou em torno do estado do sector em Portugal (com especial atenção para os resultados das sondagens nas últimas eleições europeias) e culminou com recomendações, quer no sentido de a ERC difundir mais informação sobre as sondagens, quer para a publicação, no site da ERC, de todas as fichas técnicas das sondagens nela depositadas.

26 | Comunicado do Conselho Regulador alerta para o aumento “significativo do número de notícias, publicadas, nomeadamente, na imprensa de grande expansão, em que se detecta violação grave e flagrante da reserva da intimidade da vida privada de crianças, jovens e adultos vítimas de crimes contra a autodeterminação sexual” e delibera fazer uma análise sistemática do tratamento destes crimes nos referidos órgãos de comunicação social.

30 | O Vice-Presidente da Câmara do Porto, Álvaro Castello-Branco, apresenta uma queixa na ERC contra a RTP alegando discriminação noticiosa no tratamento sobre o município e sobre Rui Rio e apontando o responsável pela delegação do Porto, o jornalista Luís Costa, como motor dessa parcialidade.

Julho

01 | O deputado social-democrata Agostinho Branquinho acusa, no Parlamento, a RTP de estar a ser instrumentalizada pelo Governo e pelo PS e de prosseguir há três anos uma “estratégia de silenciamento” do PSD nos seus noticiários e pede a audição do Director de Informação do operador público, José Aberto Carvalho. O responsável da estação disponibiliza-se para esclarecer as questões levantadas pelo partido mas lembra que é a terceira vez que é chamado ao Parlamento para explicar critérios editoriais.

01 | O Conselho Regulador da ERC delibera autorizar a actividade de televisão através do serviço de programas temático de cobertura nacional e acesso condicionado denominado “HOT TV”. O primeiro canal português de conteúdos exclusivamente pornográficos foi já apresentado num bar de Lisboa na noite de ontem.

01 | ERC instaura um processo de contra-ordenação contra a revista *Playboy*, por ter publicado o seu primeiro número em Portugal sem registo prévio junto da Unidade de Registos da ERC. A sanção a aplicar à arguida Frestacom, Lisbon Media Publishing, Lda., é a de uma coima que se fixa em €1.246,99.

01 | ERC instaura um processo de contra-ordenação contra a revista *Playboy*, por ter publicado o seu primeiro número em Portugal sem registo prévio junto da Unidade de Registos da ERC. A sanção a aplicar à arguida Frestacom, Lisbon Media Publishing, Lda., é a de uma coima que se fixa em €1.246,99.

03 | PSD apresenta queixa na ERC contra a RTP. O deputado social-democrata, Sérgio Vieira, afirma na queixa que a RTP favorece a candidata independente apoiada pelo PS à Câmara do Porto, Elisa Ferreira.

08 | Em resposta às críticas do PSD relativamente à cobertura noticiosa do partido levada a cabo pela RTP, o Director de Informação da estação, José Alberto Carvalho, rejeita as acusações de “silenciamento” de uma força político-partidária ou de “promoção” de outra força. As críticas foram feitas tendo por base os números da ERC sobre a cobertura política dos partidos e do Governo.

08 | Conselho Regulador delibera dar parecer favorável à nomeação de Domingos Portela de Andrade para o cargo de Director-adjunto de Informação da Agência *Lusa*.

10 | ERC vai divulgar, no sítio electrónico da entidade, as fichas técnicas das sondagens publicadas pelos órgãos de comunicação social. Uma outra decisão é a de constituir uma comissão para diagnosticar a situação das sondagens e sugerir medidas a adoptar, que será formada por Vidal de Oliveira, especialista em sondagens, Helena Nicolau, professora da Faculdade de Ciências de Lisboa, e Fernando Cascais, Presidente do CENJOR.

20 | Equipa de reportagem da TVI é proibida de entrar na conferência de imprensa de apresentação do jogador Ramires, do S.L. Benfica. Foram feitas queixas no Ministério Público e na ERC.

22 | A propósito do impedimento de acesso de jornalistas da TVI a instalações do Sport Lisboa e Benfica para cobertura informativa da apresentação de um jogador, o Conselho Regulador da ERC emite um comunicado no qual revela “preocupação pelo eventual cerceamento de direitos fundamentais de um operador televisivo”, por parte do clube, “à revelia de princípios básicos do ordenamento jurídico-constitucional”.

24 | ERC aprova um projecto de deliberação que prevê o envio à RTP de uma recomendação sobre os aspectos negativos da corrigir sobre pluralismo partidário na televisão pública. A recomendação surge na sequência das conclusões a que o regulador chegou no Relatório de Pluralismo, onde recomendava à RTP um tratamento mais equitativo em relação ao PSD nos vários canais de serviço público.

28 | Equipa de reportagem do site de desporto *Mais Futebol* foi impedida de entrar nas instalações do clube S.L. Benfica, durante a apresentação do brasileiro Keirison. Foi apresentada queixa à ERC.

30 | ERC emite a Directiva 2/2009 sobre a participação de candidatos a eleições em debates, entrevistas, comentários e outros espaços de opinião. O objectivo é “assegurar a igualdade de oportunidades de acção e propaganda das candidaturas durante as campanhas eleitorais” e vem na sequência de “queixas e pedidos de informação sobre participação de candidatos aos actos eleitorais a realizar este ano, em programas e/ou espaços de opinião na imprensa, rádio e televisão”.

Agosto

01 | ERC adopta, após consulta pública, a Directiva 1/2009, relativa à difusão de materiais publicitários através da imprensa, aplicável às publicações periódicas portuguesas, doutrinárias e informativas, de informação geral e especializada, de âmbito nacional, regional e destinadas às comunidades portuguesas no estrangeiro, assim como às publicações estrangeiras editadas em Portugal. Esta directiva surge na sequência da deliberação 1/PUB-1/2008, segundo a qual se dão conta de “práticas publicitárias susceptíveis de configurarem lesão de normativos legais e deontológicos que regem a actividade jornalística”.

07 | Divulgação do Relatório de Regulação e do Relatório de Actividade e Contas relativo ao ano de 2008, depois de terem sido enviados ao Presidente da Assembleia da República e ao Presidente e Deputados da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República. As principais conclusões do Relatório de Regulação identificam uma “aproximação das agendas jornalísticas dos três operadores, patente na selecção e hierarquização dos temas, protagonistas e fontes” nos principais blocos informativos, o que preocupa o regulador por não se ver assegurado “de forma satisfatória o princípio da distinção” entre os operadores privados e o serviço público, como indica o Presidente do organismo, Azeredo Lopes.

12 | O Sindicato dos Jornalistas comenta a directiva da ERC que recomenda a suspensão, nos órgãos de comunicação, de colaborações de comentadores, colunistas e analistas que sejam candidatos eleitorais. Mostrando-se compreensivo com o regulador, realça a “necessidade de assegurar permanentemente o pluralismo e a expressão da diversidade de opiniões” e de monitorizar e divulgar publicamente as suas conclusões. Por outro lado, Pacheco Pereira refere-se à recomendação do regulador como “um dos maiores atentados à liberdade de expressão, à liberdade editorial, ao debate público” e incita a desobediência às regras assim delineadas. Embora a directiva não seja vinculativa, as directrizes por ela expostas foram alvo de sérias críticas, nomeadamente da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social. O regulador garante que o objectivo era diversificar os intervenientes e apelar a uma maior representatividade ideológica.

24 | A Comissão constituída pela ERC com a finalidade de diagnosticar a situação das sondagens e apresentar sugestões de medidas a adoptar reúne-se com as empresas do sector.

28 | ERC avisa o Nacional da Madeira que terá de permitir a captação de imagens de jogos de modo a cumprir a Lei da Televisão, ao contrário do que aconteceu no jogo com o Zenit, para a Liga Europa. O aviso surge na sequência de duas queixas apresentadas pelo Sindicato de Jornalistas e pela Confederação dos Meios de Comunicação Social depois de o Presidente do clube, Rui Alves, ter afirmado que só seria permitido às televisões a recolha de três minutos de imagens por cada jogo disputado no Estádio da Madeira.

Setembro

03 | O Conselho Regulador da ERC delibera a abertura, com carácter de urgência, de um processo com vista a averiguar o que levou à suspensão do *Jornal Nacional de Sexta*, emitido pela TVI. O Conselho realça ainda que é “lamentável que uma tal decisão de suspensão tenha ocorrido em pleno período eleitoral e na véspera da data de reinício das emissões daquele Jornal”.

21 | Em entrevista ao jornal *Público*, Francisco Pinto Balsemão, Presidente do grupo Impresa, diz que Augusto Santos Silva foi o “pior ministro da Comunicação Social desde o 25 de Abril” e adianta que o “Governo seguiu uma estratégia para debilitar e enfraquecer os grupos privados”, culpando o ministro responsável pela área de não compreender “os problemas da comunicação social numa época de rápidas mudanças”.

29 | Ongoing anuncia o lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre a Media Capital, num anúncio preliminar dirigido à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

29 | Conselho Regulador da ERC recomenda ao *Jornal da Madeira* mais “rigor informativo”, salientando que tal advertência se refere apenas a um suplemento da publicação e não é generalizável a todo o seu conteúdo. Esta deliberação surge na sequência de uma queixa apresentada em Abril pelo Partido Socialista da Madeira, que acusava o jornal de falta de pluralismo.

Outubro

01 | O Conselho Regulador da ERC reúne-se com uma delegação da Ongoing, que pediu o encontro com o fim de apresentar ao Conselho os objectivos da operação de entrada na estrutura accionista da Media Capital.

08 | Deliberação da ERC impõe ao Sport Lisboa e Benfica, Futebol SAD a obrigatoriedade de não impedir os jornalistas de acederem aos eventos organizados pelo clube. A deliberação “tem natureza vinculativa e incorre em crime de desobediência quem não a acatar”, lembra o regulador.

13 | Conselho Regulador da ERC delibera, por maioria, com abstenção do Presidente e voto contra da vogal Estrela Serrano, a abertura de um processo de apreciação com vista a apurar a existência ou não de ingerência do poder político ou económico na actividade do operador TVI relativamente à suspensão do *Jornal Nacional de Sexta* (Deliberação 6/OUT-TV/2009).

14 | Conselho Regulador delibera considerar “ilegal” o fim do *Jornal Nacional de Sexta* e acrescenta que “a Administração da TVI interferiu de forma ilegal na esfera de competências do Director de Informação”. O Presidente da entidade reguladora, Azeredo Lopes, defende, em declaração de voto anexa à deliberação, que “o conselho deveria ter agido de forma mais severa relativamente à TVI”.

14 | ERC tenciona apresentar queixa à Procuradoria-Geral da República se o Benfica impedir alguns jornalistas de assistirem a eventos organizados pelo clube. Estas intenções são reveladas pelo Presidente do Conselho Regulador, depois de o Benfica ter emitido um comunicado afirmando que vai continuar a fazer convites selectivos para eventos que considera “particulares”. No cerne da decisão estão as queixas apresentadas pela TVI, pelo *Correio da Manhã* e pelo *Maisfutebol* à ERC.

15 | Ongoing notifica a AdC da operação de compra de até 35 por cento do capital da Media Capital. Contam-se, a partir de agora, dez dias para que sejam enviados à AdC “quaisquer observações de terceiros interessados” no processo. A ERC será chamada a intervir, através da emissão de um parecer vinculativo, bem como a ANACOM, dado que a operação negocial engloba a licença de televisão da TVI.

20 | ERC realiza, durante dois dias, a sua III Conferência Anual, dedicada ao tema “A Comunicação Social num Contexto de Crise e de Mudança de Paradigma”. No âmbito da conferência foram apresentados resultados do estudo “Sondagens e inquéritos de opinião. Diagnóstico e sugestões de medidas a adoptar”, que apontam para uma sobreavaliação do PS nas projecções eleitorais, principalmente nas europeias do presente ano. O estudo abarca 38 sondagens publicadas na semana anterior a vários actos eleitorais, começando nas legislativas de 2005 e acabando nas europeias deste ano.

21 | A organização Repórteres Sem Fronteiras considera que a liberdade de imprensa diminuiu este ano em Portugal, tendo caído do 16º para o 30º lugar na lista dos países que mais respeitam o trabalho dos jornalistas.

22 | Conselho Regulador da ERC reúne-se com entidades ligadas à comunicação social de Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste. Do encontro resulta a criação da Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PER).

28 | Presidente da ERC anuncia que o organismo regulador vai recorrer da decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa, que deu despacho favorável à providência cautelar interposta, em Abril, pela empresa concorrente ao quinto canal generalista em sinal aberto, a Telecinco. O processo de abertura do canal fica, então, em suspenso, pois a providência cautelar impede o Estado de abrir novo concurso.

Novembro

04 | O Conselho Regulador da ERC delibera instar a RTP a “cumprir com maior rigor (...) o pluralismo político-partidário, em particular no que respeita à representação dos partidos políticos, com e sem representação parlamentar, cujos valores, em 2008, mais se afastaram dos valores-referência definidos pela ERC”. Esta deliberação decorre do Relatório de Pluralismo Político-Partidário no Serviço Público de Televisão relativo ao ano de 2008 e nela se identificam os programas informativos que denotam uma maior distância dos partidos da oposição face aos valores-referência estabelecidos no Plano de Avaliação do Pluralismo Político-Partidário. Um ponto negativo é atribuído à informação diária da RTP1, RTP2 e RTPN pela presença do PSD “manifestamente abaixo dos valores-referência, tendência já identificada em 2007”.

08 | CDS-PP diz que vai apresentar uma queixa à ERC contra a RTP por excluir o partido da emissão de segunda-feira do programa *Prós e Contras*, dedicado ao programa do governo. O líder parlamentar do CDS-PP, Pedro Mota Soares, refere que neste programa participam representantes do Governo, do PSD e do Bloco de Esquerda, contestando o que considera ser o “silenciamento sistemático” do seu partido.

17 | Conselho Regulador da ERC autoriza a actividade de quatro canais da ZON e um da SIC: o Hollywood, o Canal Panda, o MOV 2, o Biggs e a SIC K, sendo os dois últimos novos canais. Os quatro primeiros, a emitir no operador TV Cabo, são requeridos pela DREAMIA Serviços de Televisão, S. A., empresa que nasce de uma joint-venture entre a ZON e a Iberian Program Services, enquanto o SIC K é requerido pela SIC e será integrado na oferta do Meo.

20 | ERC revela que vai pedir a uma entidade externa uma “avaliação económica e de mercado” da OPA da Ongoing sobre a Media Capital.

26 | Conselho Regulador da ERC emite dois comunicados, dos quais constam as decisões de abrir um processo de averiguações para apurar elementos relativos à situação denunciada publicamente pelo Director do jornal *Sol* e de iniciar um procedimento com o objectivo de analisar o cumprimento das regras relativas à publicidade do Estado.

27 | Comunicado do Presidente do Conselho Regulador da ERC, Azeredo Lopes, relativamente a uma peça da edição de hoje do *Sol*, intitulada “ERC obrigada a intervir”, sobre a recente iniciativa da entidade de abrir um inquérito para averiguar eventuais pressões do governo sobre órgãos de comunicação social, denunciadas por José António Saraiva. No comunicado, o Presidente realça que a ERC não cedeu a “quais pressões directas ou indirectas, mesmo que provenham do campo mediático (através de uma peça evidentemente ‘colocada’), ou da circunstância do maior ou menor acesso órgãos de comunicação social para fazer valer objectivos próprios e individuais e que esta peça contém “afirmações falsas”.

Dezembro

02 | ERC determina o fim das emissões com conteúdos de natureza pornográfica em canais de acesso livre e não condicionado, alertando para as exigências legais. No prazo máximo de dez dias, os operadores em falta terão que alterar as condições actuais de emissão.

03 | Comunicado do Conselho Regulador da ERC informa que foi ouvido o Director do semanário *Sol* no âmbito do processo sobre alegadas interferências do Governo em alguns órgãos de comunicação social, denunciadas publicamente pelo próprio. A audição decorre do processo de averiguações em curso desde o final do mês de Novembro, decorrente de afirmações de José António Saraiva, citadas pela revista *Sábado*, em que acusava o Governo de tentar interferir em alguns órgãos de comunicação social, nomeadamente no semanário que dirige.

07 | Conselho Regulador da ERC, representado pelo Vice-Presidente, Elísio de Oliveira, e pela vogal Estrela Serrano, recebe as organizações de jornalistas dos países de língua portuguesa que, de 5 a 7 de Dezembro, se encontram reunidas na sede do Sindicato dos Jornalistas, em Lisboa, em Assembleia Constitutiva da Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa. Entre os objectivos da Federação destacam-se a promoção do desenvolvimento intelectual e qualificação profissional dos jornalistas, a defesa da liberdade de expressão, do pluralismo informativo e do direito de acesso à informação, bem como a promoção dos valores éticos e deontológicos dos jornalistas.

09 | A equipa de jornalistas que integravam o projecto de um novo jornal de jornalismo económico (o *Mundo Económico*, que sairia em Novembro) processa a empresa gerente do título e apresenta queixa na ERC.

15 | Apresentação do estudo sobre “Emigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e na televisão em 2008”, desenvolvido para a ERC pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o patrocínio do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

22 | Audição parlamentar do Conselho Regulador da ERC, com a apresentação do Relatório de Regulação e o Relatório de Actividade e Contas relativos a 2008 na XIII Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República.

29 | No âmbito da investigação de alegadas interferências do poder político nos *media*, a ERC ouve o ex-Director-geral da TVI, José Eduardo Moniz, que referiu que uma entidade reguladora “tem obrigação de exercer as suas funções” mesmo que estas possam implicar a acusação de um Governo de ingerência na comunicação social.

29 | Durante uma audição parlamentar, Elísio Cabral de Oliveira, Vice-Presidente da ERC, diz que mais de 90 por cento das rádios “cumprem as quotas sobretudo de emissão de música em língua portuguesa”. As regras relativas ao cumprimento de quotas da programação de música portuguesa, previstas na Lei da Rádio, estão fixadas em 25% por uma portaria de Abril de 2007.